

Líderes buscam um acordo e acertam adiamento da votação

BRASÍLIA — O plenário da Constituinte só começará a votar o Título II — Direitos e Garantias Fundamentais — do projeto de Constituição, na segunda-feira. O adiamento da votação ficou definido numa reunião de líderes que, numa série de encontros previstos para hoje e amanhã, vão buscar uma solução negociada para os polêmicos capítulos dos direitos dos trabalhadores e direitos individuais.

Nem mesmo a transferência do horário da sessão para a parte da manhã foi suficiente para manter os constituintes em Brasília. Apenas 216 deles apareceram no Congresso ontem, quorum insuficiente para qualquer votação.

Enquanto o plenário debatia questões alheias à votação, os líderes discutiam no gabinete do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, uma saída para agilizar a apreciação do mais longo Título do Projeto de Constituição. A primeira tentativa de Ulysses foi a de propor que a Assembléia votasse ontem mesmo o primeiro capítulo — Direitos Individuais e Coletivos — apesar da falta de quorum. Ulysses pretendia ganhar tempo, fazendo correr as 24 horas previstas pelo Regimento quando não se consegue número para votação, para que a matéria já pudesse ser decidida na segunda-feira.

Mas a proposta foi rejeitada pelos líderes do Centrão e pelo PMDB. O Centrão temia que a falta de quorum na sessão de ontem associada à pos-



Telefoto de Gilberto Alves

Ulysses reúne as lideranças da Constituinte para negociar novo acordo

sibilidade de não se ter número na segunda-feira, acabasse por devolver a matéria para as mãos do relator Bernardo Cabral, o que colocaria em risco o substitutivo que o grupo apresentou para o Título. O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, ponderou que seria necessário um entendimento prévio para que o capítulo fosse colocado em votação. Só o PDT, PT e PC do B insistiram para que a matéria fosse colocada em plenário na sessão de ontem. Eles sabiam que o Centrão não tinha 280 constituintes em Brasília e queriam aproveitar para fixar uma derrota para o grupo.

— O que Covas não quer, e com razão, é negociar o Título sem que se discuta previamente os cinco capítulos — disse o Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), coordenador de plenário do Centrão, ao defender o adiamento.

Segundo ele, será mais proveitoso para o processo de votação negociar tudo aquilo que puder ser objeto de consenso, deixando apenas as questões polêmicas para a votação, a exemplo do que se fez com o Preâmbulo e o Título I, votadas na quinta-feira, depois de um acordo.

Outra liderança do Centrão, Depu-

tado Afif Domingos (PL-SP), também defendeu as negociações. Para ele, os líderes têm de procurar limpar todos os pontos consensuais para que o plenário só se veja em situação de embate em poucas questões.

— Temos que delimitar o campo cirúrgico para não cortamos o corpo todo — ilustrou Afif.

Mas para o Líder do PDS, Deputado Amaral Neto (RJ), "as negociações já poderiam estar em andamento e o plenário a todo vapor" se os constituintes quebrassem a tradição de não trabalhar nas sextas e nas segundas-feiras. Amaral propôs formalmente ao Deputado Ulysses Guimarães que se publicasse, diariamente, a lista dos constituintes faltosos, para que a população soubesse diferenciar aqueles que estão compromissados com a elaboração da nova Carta.

— Temos que derrubar esta tradição de não trabalhar nas segundas e sextas, porque senão esta Constituinte não anda — afirmou Amaral, ao defender a sua proposta.

Ulysses Guimarães informou ao Deputado que esta listagem já é feita pela Secretaria da Constituinte e que todos os órgãos de imprensa têm acesso aos nomes dos faltosos.

Já o Líder do PMDB criticou a realização da sessão pela manhã, o que, na sua opinião, inviabilizou a reunião de líderes. Segundo ele, o encontro serviria para formalizar um acordo que permitiria que o texto da Carta fosse votado à tarde.